

Reunião do **Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e Adaptação Social do Recuperando – SEMEAR**

Anfitrião: Instituto Ação pela Paz

Aos **vinte e um dias do mês de maio de 2026, às 10h00**, no Espaço Abrahão & Rosa, Instituto Ação Pela Paz, localizado na Rua Nestor Pestana, nº 101, Consolação, nesta cidade e comarca de São Paulo/SP, e *online* através da plataforma *Microsoft Teams*, sob a Coordenação do Exmo. Desembargador Dr. Luiz Antonio Cardoso, e da Sra. Maria Solange Rosalem Senese, comigo Cynthia Peres Ferrari Quichaba Costa, foi aberta a **Reunião do SEMEAR**, nos termos do Provimento CG nº 30/2014.

Presentes: - **do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:** Dr. Luiz Antonio Cardoso, Desembargador Coordenador da Coordenadoria Criminal e de Execuções Criminais (CCRIM), Supervisor Adjunto do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) e Gestor do SEMEAR; Dra. Taiana Horta de Pádua Prado, Juíza de Direito da 2ª Vara de Taquaritinga; Cynthia Peres Ferrari Quichaba Costa, Coordenadora Técnica de Apoio à CCRIM; Betriz de Moraes Abi Rached Braga, Supervisora de Serviço do DEEX; Letícia de Macedo Campos, Assistente Jurídico; Maria Júlia Borges, Assistente Jurídico; Amanda Agripina Fonseca Torres, Escrevente Técnico Judiciário da CCRIM; Liria Fernandes da Silva, Escrevente Técnico Judiciário do GMF; Lucas Claudiano de Souza e Jose Ricardo Bueno Manini, Escreventes Técnicos Judiciários da Comunicação do Tribunal de Justiça; - **do Instituto Ação Pela Paz:** Maria Solange Rosalem Senese, Diretora Executiva e Cofundadora; Eugênio Liberatori Velasques, Conselheiro; Marcos Ferreira, Especialista de Comunicação; Dayane Martins, Analista de Projetos; Rosileia Dias, Coordenadora Administrativa e Financeira; Julia Guilmoto, Coordenadora de Projetos; Rodolfo Moreira Hojda dos Santos, Gerente de Operações; Michel Mota, Área de Comunicação; Neuda Martins, Analista de Projetos; Bruno Feliciano, Analista Administrativo e Financeiro; Maria Luisa, Analista de Projetos; Mariana Amud, Analista de Projetos; Bruno Queiroz, Proponente de Projetos; Marina Lage Drumond, Pesquisadora de Projetos; - **da Secretaria de Administração Penitenciária – SAP/Polícia Penal:** Adriano Luciano, Assessor da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania; Alessandro Tonhão Riqueti, Chefe de Departamento do Complexo Penal de Reginópolis; André Gonçalves da Silva, Chefe de Departamento do CDP de Mogi das Cruzes; Alex Sandro Fogaça, da Penitenciária I de Gália; Douglas, representando o Sr. Charles Jesus da Mota, da Penitenciária I de Franco da Rocha; Célio Gomes, do Centro de Ressocialização de Bragança Paulista; Cleuber Mantovanini Junior, Chefe de Departamento do Complexo Penal de Pirajuí; Cristiane Mariano, Divisão Regional de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional da Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste; Cristiano Rodrigues, da Equipe de Apoio Técnico Administrativo do CDP de Diadema; Daiana Couti, Chefe de Reintegração Social da Penitenciária Feminina de Pirajuí; Diego, Chefe de Seção de Formação Educacional, Trabalho e Educação da Penitenciária de Itatinga; Diogo Fraga da Silva, Chefe de Divisão Regional de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional da CEPRNORTE; Elaine, do CR de Ourinhos; Eliane Cristina Anjos Pardim, Chefe do Serviço de Reintegração do Complexo Penal I de Guarulhos; Elisângela Carmona, Chefe de Seção de Apoio Técnico do CDP de Nova Independência; Estevam, Chefe de Seção de Apoio Técnico da Penitenciária de Bernardino de Campos; Fernando Augusto, da Penitenciária de Assis; Gabriela, do Setor de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional do CR de Jaú; Garbelini, do Complexo Penal de Balbinos; Gilmar Fragozo, SFETCP de Pitaí; Graciela Minozzi Correa Lima de Miranda, do Departamento de Tecnologia da Informação da Polícia Penal; Gustavo Henrique

Costa, Chefe de Departamento do Complexo Penal de Potim; Gustavo Testa Fernandes, Chefe de Departamento do CDP de Taubaté; Jackson Medeiros, do CR de Bragança Paulista; Jean, Chefe de Divisão de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional do Complexo Penal de Lavínia; Jean Carlos Amorim, Chefe de Departamento da Penitenciária I de Presidente Venceslau; Jean Ulisses Campos Carlucci, Coordenador da Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado; Janser Ricardo Gonçalves, Chefe Divisão Regional de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional, da Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste; Joaquim Macedo, Seção de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional da Penitenciária de Taquarituba; Kleber de Almeida Souza, Coordenador da CEPROESTE; Leandro Aparecido Pereira da Silva, Chefe de Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional, do Complexo Penal de Álvaro de Carvalho; Leandro Valério Dálio, Chefe de Divisão da Penitenciária II de Cequeira César; Leonardo, Diretor do Núcleo de Segurança e Disciplina do CR de Jaú; Lilian Tardem Ferro Berti, Chefe de Divisão de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional da CEPRVALI; Lincoln de Oliveira Vargas, Chefe de Serviço de Apoio Técnico Administrativo do Complexo Penal de Pirajuí; Ludimila Martins Pombo Albanese, Chefe de Divisão da Penitenciária Feminina I de Tremembé; Luiz Felipe Alves de Lima Grandin, da Penitenciária de Getulina; Mário Matienzo, Chefe de Divisão do CDP I de Guarulhos; Marcos Munhoz, Divisão de Trabalho e Educação da Coordenadoria da Região Central; Maurício, Diretor de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional Substituto, do Complexo Penal de Cerqueira César; Mauro, Reintegração Social do Complexo Penal de Cerqueira Cesar; Mauro Rogério Bitencourt, Corpo Técnico do Grupo de Relações Institucionais da CRSC; Michele Adriana de Gouvea Gomes, Chefe de Divisão da PII Feminina de Tremembé; Paulo Nascimento, do CDP I do Complexo Penal de Pacaembu; Renato Bini Rodrigues, Coordenador do DTI da Polícia Penal; Rosemiro de Jesus Proença, Coordenador da CEPRVALI; Mirian Collete, do Centro de Ressocialização de Presidente Prudente; Rodrigo Borges, Chefe de Departamento do CDP de Nova Independência; Rubens, do CR de Ourinhos; Thiago Gonfiantini Junqueira, Chefe de Departamento do Complexo Penal de Valparaíso; Vania, do CDP II de Pacaembu; Caio Henrique Leão da Silva Bachiega, Assistente Técnico do COPEN; Milena Bregalda Reis Pontes, Conselheira do COPEN; Claudia Bozzolan, Assessora do COPEN; Hilem Estevânia Cosme de Oliveira, Assessora do COPEN; Fábio Peres Barros, Assessor do COPEN; Thiago Azevedo, Assessor do COPEN; - **da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP”**: Eunice Rosa Godinho, Superintendente da Diretoria de Atendimento e Promoção Humana; - **da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB**: Dr. Leandro Lanzellotti de Moraes, Presidente do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo e da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB de São Paulo; - **de outras instituições e sociedade civil**: Valéria Cristina Pinto Ferraz, Gestora do Núcleo de Cooperação Judiciária do TJMT; Leandro Lira, Advogado e entusiasta da reimplantação APAC; Priscila, Assistente do Dr. Leandro Lira; Maria Helena Orreda, Presidente da Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná (FECCOMPAR); Neide dos Santos Cardoso, Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca Lorena; Julia Rossi e Tabata Carlini, ambas Advogadas e futuras Conselheiras do Conselho da Comunidade da Comarca de Itu; Luiz Antonio Dias, do Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo; Rodrigo Sérvulo da Cunha Vieira Rios, Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo; Valéria Balassoni Garcia, Secretária Executiva do Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo; Tatiane Dias Alves, Conselheira do Conselho da Comunidade da Comarca de Catanduva; Alexandre Camargo, proprietário da Plataforma *Educa Cidadão*, com curso de capacitação de pessoas; Ricardo Amaral, presidente da Educar Associação; Hemerson Bessa, Empresário do ramo de logística e transportes rodoviários; Juberto

Galdino, que desenvolve projeto de apoio à pessoa egressa na região de Bauru; Ivete Belfort, Projetos *Educação para a Paz* e *Ouçá sua Voz*; Karen Brandoles, Projeto *Passarela Alternativa*; Marcio Servino, profissional especializado em dependência química – Projeto *Legal é Prevenir*; Rita de Cassia Siqueira Duenhas, Instituto Manah, Projeto *Paz no Coração, Liberdade na Prisão*; Jeferson Nascimento, da Porticus; Ivy C. Farias Santos, *A Palavrista*, em cooperação técnica com a FUNAP; Leonardo Precioso, Empreendedor social e CEO do Instituto Recomeçar; Joel Novaes, da Comunicação do Instituto Recomeçar; Thiago, Professor da Universidade Mackenzie; Anna Larissa Facchini Maccori Di Domenico, Estudante internacional de Justiça Criminal; Antonio Carlos da Silva Duenãs, Advogado e representante do Rotary Club de Santos.

Principais deliberações. Apresentação de todos (22 min). Avisos. Aprovação da Ata da última reunião, enviada aos participantes, independente da sua leitura. Participação na reunião de vários atores, Poder Executivo, Poder Judiciário, sociedade civil, com aproximação entre todos, conexões, possibilidades e aprendizados.

Principais momentos da reunião:

1. Acolhimento dos novos Coordenadores pelo Dr. Jean Carlucci
 2. Acontece no SEMEAR
 3. Momento Aprendizado sobre Conselhos da Comunidade com Maria Helena Orreda
 4. Pílulas da Aferição
-
1. **Acolhimento dos novos Coordenadores pelo Dr. Jean Carlucci:** a Sra. Solange iniciou os trabalhos explicando como funcionam as reuniões mensais do Programa SEMEAR e que o maior objetivo de toda essa união é que as pessoas que cometeram crimes não voltem mais a fazê-lo. E o ponto de partida desse trabalho é compreender quem lida com essas pessoas, é respeitar muito aqueles que estão diretamente ligados a elas. No caso, a atuação se dá com dois públicos finais, que são pessoas egressas, que passaram pelo sistema prisional, e pessoas que ainda estão em cumprimento de pena. Mas quem está lá dentro fazendo as coisas acontecerem? Então, o ponto de partida do SEMEAR, que é um Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e Adaptação Social do Recuperando, baseado em boas práticas que geram um impacto (redução da reincidência criminal), é valorizar quem “*está na ponta*”, isto é, os agentes penitenciários. Essas pessoas estão sob o comando de lideranças importantes. Sabemos que um grande líder consegue fazer as coisas acontecerem, consegue trazer o time para perto. E o Dr. Jean Carlucci, representante formal do SEMEAR na Secretaria da Administração Penitenciária, na ocasião, fez as honras de receber os dois novos Coordenadores Regionais da SAP, Dr. Rosemiro de Jesus Proença, da Região do Vale do Paraíba e Litoral, e Dr. Kleber de Almeida Souza, da Região Oeste. Dr. Jean fez questão de destacar o excelente trabalho desenvolvido por ambos, dentro de suas atribuições na SAP, e principalmente quanto aos projetos do SEMEAR em suas respectivas regiões, com a certeza de que, nessa nova fase, os trabalhos continuarão se desenvolvendo muito bem. Também quis enfatizar a ampliação do programa ao longo dos anos, com início em uma única unidade em Limeira e, atualmente, abrangendo várias localidades

do Brasil, sendo que, no Estado de São Paulo, ocupa quase a totalidade das unidades prisionais com algum tipo de projeto aplicado. Salientou que essas práticas vão ao encontro das diretrizes do comando da Polícia Penal, em que, além de garantir a ordem e a segurança nas unidades prisionais, cabe à instituição atuar na missão de buscar ações que criem oportunidades para essa reintegração social e reduzir a reincidência criminal, em conjunto com o Programa SEMEAR. Por fim, colocou-se à disposição dos colegas nessa gestão regional junto às Coordenarias, lembrando da importância dos trabalhos realizados pelas áreas de trabalho e educação da Polícia Penal. Dr. Kleber aproveitou o momento para agradecer a receptividade do Dr. Jean e o convite da Sra. Solange. Elogiou o Programa SEMEAR, o qual acompanha há tempos, como gestor de unidade prisional, citando projetos realizados na região de Presidente Prudente. Sentiu-se honrado por estar ali, por substituir o Dr. Roberto Medina nessa missão, sabendo da responsabilidade que assumiu. Colocou-se também à disposição para contribuir com os trabalhos. Dr. Rosemiro, por sua vez, agradeceu o Dr. Jean pelas palavras, relembrando dos trabalhos realizados em conjunto e da dedicação dele em expandir o programa pelas unidades prisionais, como em todo o complexo de Capela do Alto. Finalizou agradecendo por todo aprendizado adquirido, elogiando o belíssimo trabalho do Programa SEMEAR e sinalizando a intenção de realizar cada vez mais projetos em parceria.

2. **Acontece no SEMEAR:** a Sra. Solange recordou a todos que o Programa SEMEAR nasceu em 2014 e ganha cada vez mais força, mesmo com a troca de Secretários de Estado da Administração Penitenciária de São Paulo e de Presidentes do Tribunal de Justiça de São Paulo. Destacou que muitas políticas públicas acabam por perder força, à medida que alterações de poderes acontecem, o que não foi o caso do SEMEAR, que se tornou um programa e não mais um projeto. Em seguida, foi exibida a imagem da reunião do SEMEAR do mês de março (26/03), que ocorreu no Palácio da Justiça, precedida de uma visita guiada pelo prédio histórico, bem como as imagens das reuniões de 12/02 e 15/04, com os participantes reunidos na sede do Instituto Ação Pela Paz. Na sequência, foram apresentados os números do programa: de 2015 a 2026, foram realizados 1.393 projetos, atingidas 159 unidades prisionais. Foram alcançados 52.862 reeducandos, 6.249 egressos e 517 servidores, contabilizados até 2025. Investimentos realizados em 2026: R\$ 641.118,61. Do início do SEMEAR até maio de 2026: R\$ 10.341.781,71. No tocante ao ano de 2026, foram 628 turmas apoiadas de janeiro a abril; 528 projetos aprovados, somados a 100 remanescentes dos outros anos. Até então, 95 unidades prisionais atendidas. Projetos por região: 126 na Central; 44 na Oeste; 371 na Noroeste; 32 na Metropolitana; 04 na do Vale do Paraíba e Litoral; 44 na Norte. Projetos de apoio ao egresso: 07. A Sra. Solange ressaltou o baixo investimento e a pouca quantidade de ações voltadas aos egressos do sistema prisional e o quanto esse tipo de trabalho faz a diferença na vida dessas pessoas. Deu exemplos, como o Sr. Leonardo Precioso, a Sra. Karen Brandoles e o Sr. Juberto Galdino, que atuam em projetos com esse público. A Sra. Ivete Belfort aproveitou para contar que também realiza ações voltadas a moradores em situação de rua, destacando que a maioria é egresso do sistema prisional e a família não quis receber, ou voltou a usar drogas e saiu de casa. Contou que muitas vezes lhes são disponibilizados serviços, como oferta de estudos, trabalho, comida. E,

quem demonstra interesse, participa do curso *Educação para a Paz*, que auxilia no fortalecimento interior e dá esperança para aquela pessoa sair das ruas de vez. A Sra. Solange emendou enfatizando a importância de se falar cada vez mais sobre o tema da dependência química, apontando o trabalho realizado pelo Sr. Marcio Servino com esse tema específico nas unidades prisionais. O Sr. Leonardo Precioso compartilhou a sua visão sobre o assunto, realçando a necessidade de ampliar a comunicação entre todas as frentes que atuam no sistema prisional para o fortalecimento dos trabalhos com a população de egressos. A Sra. Solange contou que, quando o Sr. Leonardo vai às unidades prisionais conversar com aquelas pessoas, semeia esperança, porque o sentimento de pertencimento é um dos mais importantes para a inclusão e recuperação dessas pessoas. Agradeceu ao Sr. Leonardo pela contribuição.

3. **Momento Aprendizado sobre Conselhos da Comunidade com Maria Helena Orreda:** o Dr. Cardoso explicou que estava sendo realizado, na Escola Paulista da Magistratura, o curso *Conselhos da Comunidade: Fundamentação Normativa, Formalização e Efetividade*, visando ampliar o conhecimento e aprofundamento do tema e, quem sabe, atrair a participação da sociedade civil na execução da pena. Lembrou do conteúdo até então abordado nas duas primeiras aulas: no primeiro dia, houve a abertura pelo Coordenador do curso, Dr. Luiz Antonio Cardoso, com um breve histórico da evolução da execução penal no Brasil, iniciando nas Ordenações Filipinas até alcançarmos o nosso estatuto da execução penal hoje, que é a Lei de Execução Penal. Na sequência, a Sra. Solange Senese explanou e chegou-se à conclusão de que a participação da sociedade civil é essencial. Inclusive, está reconhecida na lei. E isso se dá sobre dois aspectos: um aspecto que é a sociedade civil como um todo, pessoa física, pessoa jurídica; e um outro item é justamente o Conselho da Comunidade. A Sra. Solange cuidou da participação da sociedade civil, evitando até entrar no tema dos Conselhos da Comunidade. O Cel. Marco Severo, por sua vez, tratou do levantamento feito no Estado de São Paulo com relação aos Conselhos da Comunidade e mostrou a deficiência que nós temos, não só em quantidade, mas em qualidade, do trabalho dos Conselhos da Comunidade. Há aqueles que desenvolvem um trabalho excelente, mas outros com maiores dificuldades. Já no segundo dia, o Dr. Davi Marcio Prado, Juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo; o Dr. Gilberto Garcia, Desembargador do Tribunal; Dr. Leandro Lanzelotti, Presidente do COPEN; e a Dra. Maria Helena Orreda, Presidente da FECCOMPAR, palestraram sobre os aspectos práticos da formalização dos Conselhos, o ordenamento jurídico aplicável, as dificuldades enfrentadas e o passo a passo para a instituição. Abordaram os procedimentos administrativos e judiciais para constituição dos Conselhos da Comunidade, elaboração de estatuto e organização interna. Trataram também do papel institucional do Poder Judiciário no fomento e acompanhamento dos Conselhos da Comunidade, a relação com o Juízo das Execuções, os principais entraves institucionais e soluções possíveis, bem como estratégias de mobilização da sociedade civil. O Dr. Cardoso destacou a importância de ouvir o que a Dra. Maria Helena Orreda tinha a compartilhar, com toda a sua experiência no Estado do Paraná, que possui uma Federação dos Conselhos da Comunidade, que são autônomos e desenvolvem suas atividades com recursos próprios, embora vindos das prestações pecuniárias, mas que

têm autonomia e conseguem se administrar. Conforme o Dr. Cardoso, é como se os Conselhos da Comunidade do Paraná tivessem se profissionalizado, enquanto os de São Paulo seguem “engatinhando” com muita dificuldade. Por fim, expôs que no encontro do dia 27 de maio, última aula do curso em questão, haverá a apresentação de Conselhos da Comunidades que estão dando certo, com resultados de sucesso, como os da Comarca de Limeira e Taubaté. Enfatizou que o Plano Pena Justa está sendo cumprido, reconhecendo que ainda há muitas metas a serem alcançadas, sendo uma delas, justamente, a participação da sociedade civil na execução da pena. Ato contínuo, o Dr. Leandro Lanzelotti sinalizou que o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo (COPEN) visa sanar essa deficiência de conseguir se articular, enquanto sociedade civil, para que os Conselhos da Comunidade se fortaleçam; conseguir chegar no coração daquelas pessoas e convencê-las de que esse trabalho é nobre e precisa ser feito pela sociedade civil organizada. E a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como uma grande representante da sociedade civil, com a sua capilaridade, tem condições de conseguir protagonizar esses movimentos dentro das comarcas. Comentou que, com o suporte do Gabinete do Secretário da Administração Penitenciária, receberam um apoio de assessoria muito forte e estão conseguindo mapear todas as regiões e conversar com todas as comarcas. Citou a recente instalação do Conselho da Comunidade de Osasco e a iminente instalação do Conselho da Comunidade de Franco da Rocha, além da participação na reunião de representantes de Conselhos, como as Dras. Tabata e Júlia, da comarca de Itu. Narrou que, quando colocam os Conselhos da Comunidade como uma alternativa à segurança pública, o Município se interessa em investir nessa política pública. Concluiu que o envolvimento direto do Município é que vai trazer esse fortalecimento no Estado de São Paulo. Finalizou fazendo um apelo aos representantes da sociedade civil para que participem desse processo e agradeceu ao Poder Judiciário e ao Dr. Cardoso pelo apoio à causa. Em seguida, o Sr. Juberto Galdino relatou a importância da Dra. Maria Helena no seu processo de encontrar seu propósito de vida, todo o apoio e incentivo que recebeu dela ao longo de sua carreira, inclusive, fazendo a ponte entre ele, o Dr. Cardoso e a Sra. Solange, resultando em uma parceira muito bem sucedida de 05 anos, em que o Sr. Juberto desenvolve um trabalho incrível de apoio à pessoa egressa na região de Bauru. Na sequência, a Dra. Maria Helena Orreda iniciou sua fala dizendo que sentia uma alegria muito grande em participar da reunião do SEMEAR, pois era um desejo que ela tinha de longa data. Já havia participado da reunião, mas na modalidade online. Demonstrou estar se sentindo muito honrada de estar em São Paulo, a convite do Desembargador Cardoso e da Escola Paulista da Magistratura. Expôs que a Sra. Solange, assim como o Dr. Leandro e o Dr. Cardoso, têm acompanhado há tempos a caminhada da FECCOMPAR no Paraná, cujo início dos trabalhos se deu em 2013, inclusive, com o Sr. Juberto, lá atrás, junto deles. E é como ele mesmo disse: em uma fase em que ele estava completamente perdido, recebeu uma orientação. E é disso que todos precisamos na nossa vida, porque, em algum momento, lá atrás, ou até hoje, alguém ou muitas pessoas também estão se sentindo perdidas e precisando de um direcionamento, precisando compreender qual é o caminho, por onde pode ir, como criar estratégias e alcançar objetivos. Assim, é muito importante o que todos do SEMEAR estão fazendo, disponibilizando seu tempo, reunidos por um objetivo comum, que é

justamente olhar para dentro do sistema carcerário, para aquelas pessoas que estão ali. Não é o número, não é o crime que cometeu, mas o ser humano que está ali, que em breve estará novamente na sociedade. Então, como nós queremos que essa pessoa seja tratada dentro desse sistema? E como nós queremos que essa pessoa seja tratada quando sair desse sistema? Quais são as oportunidades que podemos oferecer para ela hoje e amanhã? Do que nós precisamos? Nós precisamos justamente do que está sendo feito pelos participantes do SEMEAR, que é se unir. A Dra. Maria Helena observou que foi desenvolvida uma tecnologia social maravilhosa, no sentido de que existe uma união não só de objetivo, mas de bem querer, de forma a reunir o Poder Judiciário, a Administração Penitenciária e a sociedade civil, por meio dos Conselhos da Comunidade, do COPEN, do Instituto Ação pela Paz e de outras entidades e empresas. Constatou que nós nos reconhecemos porque falamos a mesma língua e temos o mesmo objetivo. Talvez lá fora, na multidão, nós nos apagamos, porque não conseguimos encontrar tanta ressonância. Mas quando a gente consegue se unir, como os participantes do SEMEAR, e consegue trazer essa esperança e metodologia de como alcançar os objetivos por meio da realização de reuniões para motivação; por meio dos projetos de forma organizada; quando consegue avançar fazendo aferição de resultados, ocorre a potencialização de algo que, talvez de forma individual, seja apenas um sonho, mas de forma coletiva, vira uma realidade transformadora na vida de centenas, até milhares de pessoas. Ato contínuo, a Dra. Maria Helena explanou acerca da FECCOMPAR – Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná, que, como já dito, nasceu em 2013, por uma iniciativa da sociedade civil, que buscava recursos financeiros para desenvolver projetos nas unidades prisionais, bem como com egressos e famílias. Assim, começaram a se reunir e se conhecer. A partir daí, pediram apoio à Corregedoria Geral de Justiça e ao Ministério Público e foram atendidos. O Estado do Paraná conseguiu desenvolver um documento que embasa a forma como os Conselhos da Comunidade conseguem receber recursos captados por meio das penas pecuniárias e destinados, preferencialmente, aos Conselhos para a sua manutenção. Então, no Paraná, os Conselhos da Comunidade possuem sede, alguns dentro do Fórum, outros com sede própria ou alugada. Eles têm recursos financeiros para contratar profissionais, como auxiliares administrativos, assistentes sociais, psicólogos, que são pessoas que desenvolvem e acompanham os projetos. Ressaltou que os Conselheiros devem se reunir periodicamente e que, quanto mais pessoas no Conselho de diferentes profissões, mais rico ele será, trazendo mais conteúdos e possibilidades de parceria. No Paraná, acabam trazendo pessoas de diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social, segurança, igrejas, alcoólicos anônimos, para discutirem a questão das pessoas do sistema prisional e suas famílias. Debatem sobre ações que possam ajudar na reinserção e reintegração social, e na prevenção da violência. E tudo isso de forma organizada por meio da Federação. Salientou a importância de uma Federação dos Conselhos da Comunidade de São Paulo para que, por meio dela, os Conselhos possam receber orientações e capacitação de forma permanente, pois, muitas vezes, a vontade de fazer a diferença na vida do outro existe, mas é preciso que saibam os caminhos para isso acontecer. Essas pessoas precisam se sentir motivadas, saber por onde começar, ter um suporte. A Dra. Maria Helena ainda comentou sobre o site que a

FECCOMPAR possui (www.feccompar.com.br), onde há diversas informações e materiais com um conteúdo muito rico. Lá no Paraná, há 163 Conselhos da Comunidade, um em cada comarca, todos legalmente constituídos. Possuem cronogramas e metas. Inclusive, fez questão de enfatizar que Conselhos da Comunidade não devem existir somente em comarcas que possuem unidades prisionais, pois suas atribuições vão muito além de visitar e fiscalizar os estabelecimentos penais, como a realização de projetos dentro e fora dali, com os reeducandos, egressos e familiares, para que aquelas pessoas possam seguir com suas vidas sem reincidir no crime. Apontou a necessidade de que os municípios e empresas entendam que aquelas pessoas privadas de liberdade são moradoras daquela localidade e, em algum momento, voltarão para suas casas. Se não lhes forem oferecidas oportunidades, se não tiverem para onde voltar, ficarão nas ruas, irão se envolver com álcool, drogas e delinquir novamente. Assim, o cuidado também se estende às famílias dessas pessoas. E os Conselhos da Comunidade do Paraná já entenderam isso e realizam esse tipo de trabalho. Contou que lá há cerca de 70 Conselhos da Comunidade que fazem atividades dentro das unidades prisionais; 68 que trabalham diretamente com os egressos; 80 que realizam grupos reflexivos com homens autores de violência contra mulheres. E aqueles que passam pelos grupos dos Conselhos da Comunidade estão tendo uma reincidência em torno de 07%. Então, todo esse trabalho está gerando resultados incríveis, como a diminuição da violência. Expôs sobre o *“Junho Paraná sem drogas”*, uma programação, durante todo o mês de junho, no Estado, voltada à conscientização e prevenção do tema das drogas e violência, com a exposição de projetos dos Conselhos da Comunidade. Finalizou agradecendo e dizendo que São Paulo está no caminho certo. Dr. Cardoso enfatizou que a FECCOMPAR é uma realidade que o Estado de São Paulo ainda não conquistou e que o sentido da vinda da Dra. Maria Helena é justamente de servir de inspiração para nós. O Estado do Paraná se tornou uma verdadeira escola no tocante à participação da sociedade civil na execução da pena. Posteriormente, houve uma grande troca de experiências entre os participantes da reunião, em que cada um comentou, de forma breve, as ações que realizam, principalmente com a população egressa do sistema prisional, como o empresário Hemerson Bessa e o Sr. Juberto, oportunidade em que se destacou a importância da capacitação dessas pessoas ainda dentro das unidades prisionais para já saírem dali direcionadas e empregadas. No caso, haveria o suprimento da falta de demanda em determinados serviços, como o trabalho na sinalização das cidades, e, em contrapartida, mais ofertas de emprego para essa parcela da população, que muitas vezes se vê sem oportunidades.

4. **Pílulas da Aferição:** a Sra. Solange trouxe números da aferição da reincidência criminal em São Paulo, exibindo uma linha do tempo, de modo que, na primeira aferição, em 2016, 99% dos participantes não reincidiram, porém, foram aferidas somente 272 pessoas. Em 2024, na sexta aferição, apesar da diminuição da porcentagem de não reincidência para 82,06%, o número de pessoas aferidas saltou para 25.677, dados que devem ser analisados em sua completude para se entender o quanto o Programa SEMEAR e os projetos avançaram ao longo dos anos. Observou que, se conseguirmos descobrir a causa da recuperação dessas pessoas, poderemos melhorar ainda mais esses

números. Mostrou o percentual de recuperação dividido por assistência, sendo: cultura – 91%; psicossocial – 87%; geração de renda – 84%; educação – 79%; esporte – 77% e qualificação profissional – 71%. E salientou que ainda há muito a se descobrir, inclusive aferir dados que ainda não são analisados. Na ocasião, foi dado destaque ao Centro de Ressocialização de Limeira, primeira unidade a receber o SEMEAR, estando juntos há 10 anos. Desde então, já foram beneficiadas 837 pessoas. A Sra. Rosileia, do Instituto Ação Pela Paz, frisou que já havia diversas assistências atuando por lá, inclusive um Conselho da Comunidade muito forte, que continua com os trabalhos até hoje. No tocante aos números, observou-se que os projetos realizados naquela unidade atingem mais de 90% de recuperação, dando ênfase ao Projeto de Xadrez, que é de fácil implantação e baixo custo, trabalha competências essenciais para a ressocialização, como raciocínio lógico, controle emocional, tomada de decisão, concentração e disciplina, podendo ser replicado em diversas unidades e outros estados. Em seguida, o Dr. Diogo Fraga da Silva, da Coordenadoria da Região Norte, fez uma breve apresentação sobre o Projeto *Semeando Cidadania*, que teve início na região oeste do Estado de São Paulo e se expandiu para diversos estabelecimentos penais de todas as coordenadorias. É uma iniciativa que acabou se consolidando como um projeto da Polícia Penal e visa unir a oportunidade de trabalho às pessoas privadas de liberdade a ações de preservação ambiental e reintegração social. Durante a 31ª edição da *Agrishow 2026*, foram distribuídas dezenas de espécies de mudas nativas, ornamentais e frutíferas, cultivadas por reeducandos do regime semiaberto como parte do processo de ressocialização. Conforme o Dr. Diogo, essas pessoas atuaram em todas as etapas do processo. Fizeram a coleta das sementes, o preparo da terra e a produção das mudas nos viveiros instalados nas próprias unidades prisionais. O projeto tem como principal objetivo o reflorestamento e a educação ambiental. Oferece capacitação técnica, incentivo de valores como responsabilidade e cidadania, além dos impactos positivos na natureza, como aumento da biodiversidade e recuperação de áreas degradadas. Ainda, promove a redução da reincidência criminal, o fortalecimento dos vínculos sociais e a melhoria da imagem do sistema prisional e das ações de reintegração social. Possibilita também a remissão de um dia de pena para cada três dias trabalhados. Finalizou agradecendo. Ato contínuo, a Sra. Karen Brandoles, fundadora da *Passarela Alternativa*, comentou um pouco sobre o livro *Informa Liberdade – Manual dos Primeiros Passos em Liberdade*, cuja iniciativa se deu da percepção de que, quando uma pessoa deixa o estabelecimento penal, muitos desafios aparecem e muitas vezes falta informações e apoio. Entender seus direitos e deveres e receber orientações práticas assim que reconquistarem sua liberdade é muito importante, inclusive para evitar a reincidência criminal. Nas palavras da Sra. Karen: é preciso dar um chão, uma direção, mas também dar a mão. O manual tem um rico conteúdo informativo e interativo, com linguagem de fácil entendimento. A intenção é de que seja ampliado e vire uma ferramenta de política pública. Depois, foram apresentadas imagens das Coordenadorias (divisões administrativas da Secretaria da Administração Penitenciária) e os projetos nelas realizados, como na Região Central: *Ressignificar*, no CDP de Hortolândia; Região Noroeste: *Olhar para o Futuro*, no CPP II de Bauru; Região Oeste: *Futsal*, no CR de Presidente Prudente; Região Metropolitana: *Paz no Coração*, no CDP de Diadema; Região do Vale do Paraíba e Litoral: *Esperançar*, no CPP

de Mongaguá. Na Região Norte, como visto, o destaque foi para o Projeto *Semeando Cidadania*, apresentado na *Agrishow 2026*. Por fim, projetos para egressos, como *Jornada da Cidadania*, no CR de Jaú. A Sra. Solange expôs que, na semana seguinte, ela, o Dr. Cardoso e outras autoridades de São Paulo estarão em Cuiabá para a formalização do Programa SEMEAR no Estado do Mato Grosso. No final da reunião, foram exibidos números que demonstram o impacto positivo do programa ao longo de uma década. Em síntese, das 12.036 pessoas que não retornaram ao sistema prisional após o monitoramento, 6.980 tiveram sua recuperação atribuída ao SEMEAR. Com isso, evitou-se a construção de 09 presídios, o que gerou uma economia de cerca de R\$ 720 milhões. Foram 1.200 projetos apoiados em 10 anos, com investimento estimado de R\$ 10 milhões. Assim, além do grande impacto econômico, houve também o impacto na segurança pública do Estado de São Paulo. E o mais importante: sabemos como multiplicar esses resultados.

Encerradas as manifestações, foram agendados **a data e o local do próximo encontro**: reunião no **dia 25 de junho, quinta-feira, às 10h00, no Espaço Abrahão & Rosa, Instituto Ação Pela Paz**, localizado na Rua Nestor Pestana, 101, Consolação, São Paulo – SP, com o agradecimento pelo Gestor do SEMEAR pela expressiva participação das pessoas na reunião.